
RESUMO: O presente ensaio objetiva realizar apontamentos de naturezas teórica e qualitativa sobre os aspectos relacionados à educação presente nas obras de Karl Marx e Antonio Gramsci. Assim, discutir-se-ão os pressupostos de uma educação, no caso da teoria marxista, voltada à classe trabalhadora e comprometida com a transformação da sociedade, objetivando a emancipação dos sujeitos. Para Gramsci, suas premissas educacionais refletiam uma escola unitária, de formação integral e humana, também comprometida com a mudança social. Portanto, a justificativa do ensaio se faz relevante para refletir os contextos contemporâneos e os embates em prol de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Marx e Gramsci. Práxis e Escola Unitária.

ABSTRACT: This essay aims to make notes of theoretical and qualitative nature on the aspects related to education present in the works of Karl Marx and Antonio Gramsci. Thus, the assumptions of an education will be discussed, in the case of Marxist theory, aimed at the working class and committed to the transformation of society, aiming at the emancipation of the subjects. For Gramsci, his educational premises reflected a unitary school, with integral and human education, also committed to social change. Therefore, the justification of the essay is relevant to reflect contemporary contexts and the clashes in favor of public education, free, secular and of socially referenced quality.

KEYWORDS: Education. Marx and Gramsci. Praxis and Unitary School.

1 Introdução e Metodologia

O presente texto se propõe a analisar e a compreender os apontamentos temáticos sobre educação realizados nas obras de Karl Marx e Antonio Gramsci, a partir das categorias e considerações sobre trabalho e práxis social do primeiro e de escola unitária do segundo. Assim, em uma produção teórica, de abordagem qualitativa, e cunho bibliográfico, sedimentado na literatura especializada e nas obras dos dois autores em questão, serão abordados os contextos histórico-sociais dos autores e de suas obras, seus apontamentos sobre a temática educacional e, por fim, os elementos e as categorias próprias dos autores

* Licenciado em História e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos pela Universidade Federal de Viçosa. <https://orcid.org/0000-0001-9762-7392>. E-mail: derossi.caio@gmail.com.

relacionando os pressupostos teóricos da educação perante a sociedade que se vivia e a que se desejava.

O filósofo alemão Karl Marx, dentre sua variada e extensa obra, não se dedicou à reflexão própria e isolada das questões educacionais, em forma de livros, por exemplo. Mas, a fortuna crítica (NOSELLA, 2010; COUTINHO, 1994) de pesquisadores de suas obras apontam que, a partir de suas análises econômicas, históricas e sociais sobre os processos de produção, trabalho e do sistema capitalista, geram o entendimento de que a educação e o processo educativo deveriam encaminhar para um processo de emancipação e de formação mais humanizada. Como Marx faz uma crítica à sociedade, defendendo e propondo novas vias de organização social e de produção, o entendimento sobre os temas educacionais são latos e inter-relacionados com várias dimensões da sociedade e não restritos a um ambiente ou a uma instituição. Cabe destacar que o texto também discutirá a crítica realizada por Marx da escola servir e replicar um modelo burguês e mercantil, propondo o que Lowy (2018, p. 40-41) destaca como que a “ciência proletária é uma forma de transição para a ciência comunista, a ciência da sociedade sem classes, que poderá atingir um grau muito maior de objetividade, porque o conhecimento da sociedade deixará de ser a entrada em jogo de uma luta política e social”.

Tomando como uma principal corrente teórica os pressupostos do marxismo, o filósofo italiano Antonio Gramsci propõe uma outra leitura sobre a obra de Marx, a qual avança em alguns sentidos, como por exemplo, na proposição de uma escola unitária. Entretanto, não se trata de apenas uma crítica ao filósofo alemão ou a uma aplicação prática de teorias, mas sim, à junção de pressupostos das duas teorias através da categoria trabalho e da presença da práxis na escola unitária. Embora os autores tenham vivido em períodos históricos distintos, que marcam idiosincrasias na forma de suas produções, Sousa Júnior (2011) retrata que ambos indicam uma pedagogia comprometida com as causas sociais, com a formação humana e implicadas no fazer político do trabalho.

O caso de Gramsci, em um contexto de atuação do governo fascista italiano de Benito Mussolini, no século XX, faz o filósofo com base na teoria marxista, propor um outro tipo de escola, a unitária, que se opõe ao entendimento de escola vigente à época, uma vez que o autor chamava atenção para que “o aspecto paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas.” (GRAMSCI, 2004, p. 49).

Portanto, mesmo com o paralelismo da crítica ao sistema de produção capitalista, é fortuito pensar nas particularidades históricas de cada autor, para entender os devidos apontamentos de superação da ordem vigente e de novos horizontes que foram apresentados.

2 Pressupostos teóricos e Resultados

Refletir sobre educação em Marx nos impele a pensar a sociedade que o filósofo viveu, em suas diversas facetas, mas com uma ênfase principal nas mudanças dos processos de produção, sob a égide um pensamento liberal, no século XIX. Assim, a proposta educacional estava imbricada na emancipação e na formação humana, como uma via de oposição ao modelo vigente, com foco em três elementos que subsidiarão a análise do texto: o trabalho, a práxis e a escola (NOSELLA, 2010; COUTINHO, 1994).

Marx (2013) entende o trabalho como marca fundante da distinção entre o homem, enquanto ser humano, e os outros animais, já que o primeiro realiza uma ação de trabalho intencional da transformação da natureza. O próprio discute a relação de mudança e de produção na natureza, através do trabalho, enfocando o sujeito como base da produção material da vida e da sociedade, ao decorrer de todos os tempos históricos. Assim, explicita-se a diferença entre humanos e animais, embora o segundo também atue frente a natureza, mas sem impor uma transformação própria e na sociedade, como acontece com os humanos. Nesse sentido, Frigotto (2009, p. 72) destaca que a educação também ocorre pela via do trabalho, já que:

O trabalho é princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade).

Nessa direção, o trabalho é um componente na formação do sujeito, que o torna humano e diferente dos outros animais, entretanto em função das nuances temporais e de produção próprias das modificações do sistema capitalista, o trabalho passa a ser concebido e praticado como forma de expropriação da força de trabalho e meio de exploração dos trabalhadores, em suas distintas denominações ao longo da história. Logo, Nosella (2007) ressalta que um dos papéis da escola seria ensinar sobre a relação homem e trabalho.

Entretanto, o que merece atenção é qual modelo preconizado pelas escolas nos processos educativos: o da burguesia, assentado na exploração e alienação do trabalhador ou o marxista, que entende o trabalho como parte da existência humana e preconiza uma relação mais justa entre os sujeitos e a natureza?

Regido por uma lógica de exploração e alienação da burguesia frente a classe trabalhadora, a lógica do trabalho encaminha para o fechamento, para a censura, para o aprisionamento ao invés da emancipação, da autonomia. Assim, faz-se fortuito refletir sobre as categorias de omnilateralidade e unilateralidade. Marx (2004) entende que o homem inserido na lógica capitalista de trabalho e produção, introjeta, interioriza a alienação sofrida, tornando-se um sujeito unilateral, portanto incompleto, marca do entendimento burguês de homem. Sobre esta questão, Marx (2002, p. 111) afirma:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Então, propõe-se uma perspectiva de sujeito omnilateral, que enfoca a formação humana, para emancipação do sujeito, refletindo o trabalho enquanto um dos constituintes da humanidade, na visão marxista propondo um movimento de totalidade espiritual e material, contrário ao inacabamento unilateral, como via de superação do modelo de produção capitalista dividido e alienado. Logo, os trabalhadores reagiriam a alienação e a exploração, entendendo de forma completa seus papéis sociais.

Cabe destacar que um dos desafios a serem enfrentados para a omnilateralidade é a superação do próprio sistema capitalista. Desse modo, apenas com uma nova sociedade, pode-se pensar na formação completa do sujeito, uma vez que o capitalismo, assentado nas desigualdades, na exploração e na divisão em classes sociais, se posiciona em direção antagônica a omnilateralidade. Ainda merece destaque que, a educação emancipadora, implicada com a sociedade, com a mudança para a formação do sujeito omnilateral, ocorrerá inserida no modo capitalista de produção, através da geração de uma nova síntese, vinda do processo dialético, formando uma consciência sensível aos processos de alienação e

exploração sofridos, encaminhando para a emancipação. Destarte, é com o processo de coesão entre o trabalho e a educação, juntamente com uma escola omnilateral, que os sujeitos acessariam os conhecimentos científicos e vislumbrariam outros horizontes perante a sociedade capitalista desigual, alienadora e dividida em classes.

Sousa Júnior (2010) entende a escola como instituição constituída e constituinte da sociedade que, nesse jogo, acabam por reproduzir e endossar as perspectivas do capital. Assim, o autor aponta que:

A escola, tal como estrutura na modernidade, é uma instituição burguesa, no sentido de que é nascida do ventre da sociedade do capital, se vincula ao ideário democrático-burguês e toma parte na dinâmica produtiva e reprodutiva dessa sociedade. Portanto, a escola como microestrutura da sociedade burguesa relaciona-se através de redes complexas, tensas e contraditórias com a dinâmica social maior. Toda a autonomia relativa e suas contradições não permitem, todavia, transformar a escola, como sistema nacional de ensino, em instituição antagônica às diretrizes fundamentais do metabolismo social ao qual se vinculada. (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 175)

A escola na perspectiva marxista oferece protagonismo ao sujeito, visando para além de uma formação disciplinar, a constituição integral do ser humano, uma vez que, as matérias escolares são associadas às relações sociais de trabalho, as quais os sujeitos participam, propiciando assim, um processo direcionado a emancipação humana e superação dos modos de produção capitalista. Nesse sentido, existe uma extensão das perspectivas sobre a escola e suas finalidades, já que para além do espaço da formação em conteúdos e saberes específicos, é também dimensão comprometida com as lutas e causas sociais, em prol de uma formação para a transformação da sociedade e do sujeito emancipado, a exemplo do trabalho realizado nas associações, grêmios, sindicatos e círculos populares, por exemplo. Portanto, todos os sujeitos e a comunidade envolvidos nas dinâmicas escolares, devem buscar associar os conhecimentos técnicos com as práticas e realidades vivenciadas e partilhadas. Assim, a escola coadunaria as perspectivas de educação e de trabalho vislumbrando alcançar a emancipação, uma vez que, o sujeito passaria a ser entendido como um produtor da existência material, em uma nova perspectiva de relação e de transformação entre a natureza e si próprio.

A práxis é um elemento constituinte desses novos sentidos de escola e de educação, em uma nova perspectiva social, já que, através da união entre os aspectos teóricos e práticos, reflete-se de forma dialética, sobre as condições de trabalho e os modos de produção que

exploram, alienam e transformam o trabalho em um polo desumanizante. Assim, sobre a práxis Vásquez (2011, p. 120) relata que:

O proletariado está destinado historicamente a libertar-se por meio de uma revolução radical que implique a negação e supressão de si mesmo como classe particular e a afirmação do universo humano. Situado o problema no marco específico que agora nos interessa, o que Marx nos diz é que o proletariado não pode emancipar-se sem passar da teoria a práxis. Nem a teoria por si mesma pode emancipá-lo, nem sua existência social garante por si só sua liberação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua liberação. Essa consciência é justamente a filosofia; mais exatamente, sua filosofia.

A práxis é fator essencial para a emancipação e para o reconhecimento da condição de alienado. Ela é transformadora pois se compromete com o estudo dos elementos que perfazem as desigualdades e corroboram para a condição de alienação dos sujeitos. O trabalhador quando toma ciência da sua condição de explorado pelos modos de produção burgueses, devem acessar o pensamento e ação real, que iniciariam e seriam instrumentados ao longo do processo, a formação de uma nova sociedade. Assim, Konder (1992, p. 115) aponta que:

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

Konder (1992) concorda com Marx no entendimento da práxis não como uma aplicação de uma teoria, mas na sua relação dialética com a história que propõe uma nova sociedade, para além de um procedimento técnico, prático. Assim, a práxis impacta a educação fomentando que os sujeitos se reconheçam enquanto alienados e explorados do sistema capitalista, propondo críticas ao tipo de ensino, sobre a influência liberal nos processos educativos e enquanto forma de se propor uma nova sociedade. Sobre o ponto máximo da práxis geradora de uma nova sociedade, Vásquez (2011, p. 157) demarca que:

O comunismo aparece, por sua vez, como uma solução não utópica, e sim científica, isto é, a solução que corresponde a certas condições

históricas e sociais, no marco das quais a ação dos homens-como revolução proletária- tem um fundamento histórico, real e objetivo.

O entendimento que o trabalhador poderá se entender enquanto explorado e sair de tal condição, é uma marca que novas relações sociais, destacando que elas podem ser fundadas, reformulando as dinâmicas com o trabalho e com a produção. Assim, o trabalho, a educação e a práxis, em uma tônica marxista, oferece caminhos para a transformação da sociedade, das relações humanas, saindo da lógica da desigualdade e do lucro para a formação integral do ser humano. Nessa mesma direção, abordar-se-á considerações acerca do pensamento de Gramsci e a escola unitária.

Em função de sua atuação contrária ao regime fascista de Benito Mussolini, Gramsci foi preso. Mesmo em situação de privação de liberdade e tortura, o filósofo italiano teve atuação na continuidade das críticas ao regime ditatorial, através dos Cadernos do Cárcere. Representado por um conjunto de 33 cadernos, alguns incompletos, transitam pelo período de 1929 e 1935, que foi o tempo de prisão do autor. Segundo Nosella (2010) é em 1932, com o caderno 12 que Gramsci realiza a proposta de escola unitária. Os cadernos foram traduzidos em diversos idiomas e fomentará nos trabalhadores o desejo por mudanças em prol de uma sociedade mais justa, inspirado nos pressupostos marxistas.

Sobre a escola unitária, Gramsci a propõe como uma oposição as reformas educacionais vigentes na época do governo fascista, encabeçada pelo filósofo Giovanni Gentile. A tônica das reformas gentílicas atuavam no cerne dos currículos de todos os segmentos de ensino. Sobre as críticas e propostas de Gramsci para a educação italiana, Nosella (2010, p. 177) aponta que:

A resposta é: na e pela escola tradicional, atualmente em crise, que no passado foi a sementeira de todos os intelectuais tradicionais que molecularmente mantêm as massas fora da aliança revolucionária. Sem dúvida, foi uma escola funcional, organicamente imbricada à sociedade tradicional e hegemonicamente eficiente. A industrialização pôs em crise essa escola de cultura humanista “desinteressada”, trazendo sua própria escola “interessada”, profissionalizante, técnica e ideologicamente imediatista [...].

Gramsci se colocava frontalmente contrária a concepção de escola vigente no período fascista que se colocava para a formação compulsória do trabalhador alienado e explorado. Assim, Gramsci (1989) sinaliza para uma divisão, uma dualidade das escolas e dos tipos de

ensino: enquanto os trabalhadores tinham uma educação voltada ao trabalho, os integrantes das classes mais abastadas acessavam uma formação humana e holística. Então, Nosella (2010) destaca que os ideais de educação de Gramsci passam por uma inspiração do movimento cultural do Renascimento italiano, dos séculos XIV e XVI, através da postura humanista, de protagonismo do sujeito, interconectada as transformações das artes, dos conhecimentos, da natureza e da história. Preocupado com uma proposta de escola que oferecesse formação em cultural geral, Gramsci (1989, p. 125) afirmou que:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo.

Alçando-se para alcançar todos e oferecendo cultura geral, com a centralidade do trabalho como parte da engrenagem da vida social mais ampla, Gramsci (1989) marca o compromisso da escola unitária com a sociedade e não com interesses particulares. Assim, a proposta de Gramsci era contrária a educação dividida por classes, unindo uma escola de formação clássica com a preparação profissional, subvertendo a ordem anterior. Para além disso, a escola unitária era de responsabilidade do Estado, uma vez que, o autor dispõe que:

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. (GRAMSCI, 1989, p. 121)

Nosella (2010) destaca que a escola unitária deve vir acompanhada e fomenta a sociedade unitária, que vai mudando em prol da igualdade e de uma nova organização social. Assim, Gramsci (1989, p. 137) entende o processo educacional aliado a democracia, no sentido da:

[...] tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar o “governante” e que a sociedade o coloque ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a

democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e preparação técnica geral necessárias ao fim de governar.

Nesse sentido, a escola unitária se comprometia para além de pensar os conteúdos, mas de possibilitar, caso praticada, uma forma dos trabalhadores ascenderem ao poder e a participação mais efetiva na política, uma vez que, seriam formados para tal ação. Logo, entende-se que a escola unitária tem uma participação no processo de emancipação dos trabalhadores, bem como na transformação da sociedade, já que une os aspectos técnicos da profissionalização com uma proposição humanista, antropocêntrica. Gramsci (1989) então atribui que, para que ocorra um processo de emancipação, a educação deve permear esse processo. E a partir dos apontamentos dispostos, o processo formativo que ocorre durante toda vida, é ancorado no trabalho. Nesse sentido,

Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. (GRAMSCI, 1989, p. 130)

Assim, o trabalho é entendido por Gramsci como constituinte da vida humana e das relações e não em uma perspectiva capitalista de exploração e alienação. Logo, Manacorda (2008) destaca que a escola unitária assume o trabalho natural enquanto valor fundamental e de instrumentalização dos sujeitos para enfrentamento da ordem vigente do capitalismo. Gramsci (1989) ainda destaca o papel do professor na escola unitária, enquanto articulador da instrução, em termos de conteúdos e organização dos processos educativos, e da educação, como processo amplo, de formação humana e de implicação com as realidades dos interlocutores. Cabe destacar que, diferente de correntes idealistas que separam os movimentos de instrução e de educação, Gramsci (1989) faz uma distinção, mas os colocam em complementariedade, ressaltando uma dinâmica dos processos e dos sujeitos envolvidos. Portanto, o filósofo italiano aponta para a necessidade do professor em constante diálogo com as realidades vividas pelos alunos, bem como a necessidade de se repensar os currículos, para que a emancipação seja um caminho a ser vislumbrado. O professor é uma prosopopeia coletiva, representando e articulando os interesses dos sujeitos em prol da emancipação e da formação humana.

3 Considerações finais

Os contributos de Marx e Gramsci referente as questões educacionais confluem para a perspectiva de emancipação, da centralidade do trabalho e da formação humana ampliada. Marx a partir de uma análise acurada dos aspectos econômicos, sociais e políticos, entendeu a educação como elemento para o entendimento da sociedade, principalmente no que concerne aos modos de produção do sistema capitalista e a relação de exploração sofrida pelos trabalhadores. A instituição escolar deve contribuir para uma formação integral do sujeito, de modo a uma constituição que não vise os interesses do capital. Nesse sentido, observa-se o sentido de práxis, marcando a ligação entre os aspectos teóricos e práticos, implicados com o desenvolvimento pessoal e a sociedade. Logo, a educação na perspectiva de Marx está associada a transformação social e ao comprometimento com a emancipação humana.

Já para Gramsci, o trabalho é o princípio educativo através da lógica da escola unitária. A colocação do trabalho enquanto categoria fundante, remete a ontologia do método dialético em Marx. Nesse sentido, como um ponto de interseção entre as teorias, já que o autor italiano também propõe uma formação holística e integral, a partir do entendimento de omnilateralidade e da escola unitária, como forma de subverter a ordem desigual do capital. Portanto, sendo o trabalho o elemento que humaniza o ser humano, ele precisa ser desvelado da lógica de expropriação e desigualdade, para que seja assumido a direção de formação humana e de transformação de si e da natureza.

Destarte, sinaliza-se novamente para a emancipação como ponto de toque nas concepções educativas de Marx e Gramsci. Outro ponto que cliva todo o texto é a relação política assumida pela educação, no sentido que a supracitada emancipação advém do reconhecimento dos trabalhadores enquanto alienados e explorados e de uma formação para a participação social e o enfrentamento do modo de produção capitalista e de concepção do trabalho.

Referências Bibliográficas

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

FRIGOTTO, G. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde.**, 7 sup, 2009, p. 67-82.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere - Caderno 12**. 4a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LÖWY, M. **Marxismo contra o positivismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

MANACORDA, M. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. 2a ed., Campinas: Alínea, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política - Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. In: **Anais, Encontro internacional de trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.

SOUSA JÚNIOR, J. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida: Idéias & Letras, 2010.

VÁSQUEZ, A.S. **Filosofia da práxis**. 2a. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Submetido em: julho/2020

Aprovado em: novembro/2020